

APOSTILAS PARA A EDIÇÃO CRÍTICA DO LIVRO DA CORTE ENPERIAL

J. M. DA CRUZ PONTES
Universidade de Coimbra

A obra conhecida e citada com este título recebe-o do acontecimento que descreve: “Reais cortes fez o Celestial Enperador por grande proveito e honra de todo o senhorio.” (Fol. 2 va 13). Os fólhos que precedem o texto dão o índice, abrindo com notícia dos principais intervenientes: “Este livro he chamado corte enperial em qui he disputada a ffe christãa com os jentyos e judeus e mouros.” No início pormenoriza o conteúdo (Fol. 1 ra 20): “... trauta de grandes cousas e de muy altas questoos asy como da essencia de Deus e da trindade e da encarnaçom diuynal e de outras materias proueitosas pera conhecer e entender o senhor deus segundo o poder da franqueza humana”¹.

Os cadernos que transmitem o texto são precedidos de alguns fólhos – a cujo caderno foram cortados para aproveitamento os que pode supor-se encontrarem-se em branco – que trazem no segundo fólho, além do título da obra, o índice dos capítulos ou subtítulos ou partes, com caligrafia semelhante ao do texto: “Este livro he chamado corte imperial em qui he disputada a ffe cristãa com os jentyos e judeus e mouros segundo claramente se mostra nos capitulos em esta tauoada escriptos por saber a quantas folhas jazem alem do primeiro prolego.” No anterior, com o título vem o nome do possuidor do códice: “Este livro he chamado corte

¹ V. Mário Martins, «O Livro da Corte Imperial» in *As Grandes Polémicas Portuguesas*, I – Séculos XII-XIX (Direcção Literária de Artur Anselmo), Lisboa, Verbo, 1967, p.27-49.

imperial o qual livro he d' Afonso Vaasquez de Caluos morador na Cidade do Porto”.

Daqui parece concluir-se que pode identificar-se o calígrafo da parte inicial com o confeccionador do conjunto da obra, já que a indicação do possuidor e a elaboração do índice são posteriores à realização do códice.

O copista do membranáceo portuense em letra gótica caligrafou algumas palavras claramente erradas, como onde se lê “conto de dois” ou “conto de deus” (Fol. 41 rb 31) em vez de, manifestamente, “conto de três”. Tanto pode caber ao nosso copista como ao do modelo de que se serviu encontrar-se “Tito que era príncipe em aqueles regnos” (Fol. 89 rb12) em lugar de “Ciro”. O compilador português tinha perante si um texto de Nicolau de Lyra, não imprescindível para corrigir a cópia ou o seu modelo.

Já o mesmo se não passa quando se cometeu distração muito frequente e se omitem algumas perícopes entre uma palavra e a sua repetição, mais adiante, como por exemplo: “porque mais annos se passaram de lo quarto anno delrrey (...) delrrey Sedechias” (Fol. 81 rb24), onde se saltou da primeira para a segunda grafia da palavra delrrey, omitindo o correspondente à versão do latim de Nicolau de Lyra: “Sallomonis in qua fundata est domus prima, usque ad 11 annum”².

Palavras entrelinhadas ou riscadas mesmo quando depois de “e os altos feitos” inutiliza imediatamente a seguir o que então já caligrafava “e os altos fectus” (Fol.1 ra 18) são percalços que facilmente encontra e compreende quem esteja familiarizado com manuscritos medievais.

Quando, porém, existe um só apógrafo e as omissões são apreciáveis, como no salto atrás referido, unicamente o recurso às fontes latinas, quando as haja e tenham sido encontradas, permite reconstituir o texto. Tal acontece no *Livro da Corte Enperial*, em um pouco mais de meia dúzia de lacunas, a que pode acudir-se com a descoberta do latim correspondente de Nicolau de Lyra e de Raimundo Lulo. Assim se viabilizaria

² Cf. J. M. da Cruz Pontes, *Estudo para uma edição crítica do Livro da Corte Enperial*, Univ. de Coimbra, 1957, p.346. Não se trata com propriedade de separata da revista *Biblos* 32 1956, p.1-400, saída do prelo no ano seguinte, conforme impropriamente se lê na página de rosto do *Estudo...*, mas antes do aproveitamento de uma mesma composição tipográfica disposta em manchas diferentes.

quanto possível uma edição crítica, por outras razões, mais adiante registadas, um pouco temerária nas circunstâncias presentes³.

Foi Carolina Michaëlis quem pela primeira vez descobriu alguma afinidade – mais pela fantasia teatral e pelos temas da polémica com gentios, judeus e muçulmanos – entre o *Livro da Corte Enperial* e Raimundo Lulo, expondo em 1897 na colaboração prestada a Gustav Gröber que era necessário compará-lo com o *Liber de gentili et tribus sapientibus*⁴.

Terá Carolina Michaëlis sido porventura conduzida ao conhecimento do apógrafo portuense pela notícia que Alexandre Herculano dera em 1840 no semanário *O Panorama*, dizendo que “o livro da corte imperial prova que naquela época se tratavam em vulgar as árduas matérias de teologia polémica”⁵?

Quantos, mais tarde, remetem o texto português para o círculo luliano nada avançando na investigação, recolhem o contributo de Carolina Michaëlis sem o referirem, como logo em 1898 Teófilo Braga, opinando simplesmente “que as doutrinas filosóficas de Raimundo Lulo dominavam em Portugal no século XV,” ao comentar Sousa Viterbo⁶.

³ A notícia de 1967 (in *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. VI, cols.52-53) tinha por base a informação que recebêramos e transmitimos no artigo «A Controvérsia com os muçulmanos e as fontes árabes do “Livro da Corte Enperial”» in *Monumenta*, Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique, nº3, Lourenço Marques, 1967, p.43-49; cf. p.49, n.6: «Está adiantada a preparação de nova leitura e edição, a publicar pelo Centro de Estudos de Psicologia e de Hist. da Filosofia anexo à Fac. de Letras da Univ. de Lisboa».

⁴ G. Gröber, *Grundriss der Romanischen Philologie*, II B., 2 Abt., Strassburg, K. J. Trübner, 1897, p.251, n. 4.

⁵ *O Panorama – Jornal litterario e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, IV, n. 140 (4 de Janeiro de 1840), p.7. Este artigo de Herculano, segundo bibliotecário na Biblioteca Pública do Porto (1833-1836) e depois (1839) nomeado por D. Fernando, marido de D. Maria II, director da Real Biblioteca da Ajuda e da Biblioteca do Palácio das Necessidades, é o terceiro e último da série intitulada «Novellas de cavallaria portuguesa», reunida nos *Opúsculos*, Tomo IX (Lisboa, 1907), p.104. Os *Opúsculos* têm edição mais recente, com introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia (6 vols., Lisboa, 1983-1988).

⁶ «Raimundo Lulo. Nota apresentada à Academia Real das Sciencias em sessão de 24 de Fevereiro de 1898». Em comentário à comunicação de Sousa

Joaquim de Carvalho escreveu que a ficção literária do texto português “recorda a lenda dos Santos Barlaam e Josafat, o *Cuzari* de Jehuda Halevi, o *Liber del gentil e de los tres savis* de Raimundo Lulo, e o *Libro de los Estados* de D. Juan Manuel, e embora não possamos determinar qual destes livros a sugeriu, sem dúvida se deve integrar no género literário que eles exprimem”⁷.

Aquilo que induziu Carolina Michaëlis a aproximar o *Livro da Corte Enperial* do Maiorquino parece ter sido todavia o aparato cénico da disputa.

Nas páginas da *Disputatio Raymundi Christiani et Hamar Saraceni*, escrita em árabe, cujo manuscrito, perdido, Lulo de memória redigiu em Latim, é relatada a discussão iniciada em público e prosseguida na prisão de Bugia, em 1307, cujas circunstâncias são descritas no prólogo:

Dicitur, quod quidam Homo Christianus Arabicus, cujus nomen erat Raymundus, qui diu laboravit, ut Infideles venirent ad Sanctam Catholicam Fidem, et ut Terra Sancta, in qua noster Dominus Jesus Christus fuit vivus et passus, recuperaretur a Saracenis colentibus Mahometum, qui dixit suo populo: in Deo non est Trinitas, nec Christus est Deus, qui praedictus Raymundus ivit ad quendam civitatem Saracenorum, cujus nomen erat Bugia, in qua ipse praedicando et laudando sanctam Catholicam Fidem, in platea a Saracenis fuit captus, percussus et in carcerem positus: dum Raymundus sic stabat in carcere, frequenter veniebat ad eum quidam literatus Saracenus, qui vocabatur Hamar, cum aliis Saracenis, ad disputandum cum eo de Fide

Viterbo, relatada em *Boletim da 2ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa, I* (1898-1902), Por Ordem e na Typografia da Academia, 1903, p.49.

⁷ Joaquim de Carvalho, «Desenvolvimento da Filosofia em Portugal durante a Idade Média», *O Instituto*, 75 (Coimbra, 1928), p.68-89; cf. p.75. Trata-se do discurso pronunciado na inauguração dos trabalhos da «Sección de Ciencias Históricas, Filosóficas y Filológicas» do Congreso de la Asociación luso-española para el Progreso de las Ciencias em Cádiz no ano anterior, a que juntou notas bibliográficas, retomando por vezes alguns parágrafos, no capítulo sobre «Cultura filosófica e científica», na *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. IV (Barcelos, 1932), p.475-528; cf. p.493. Na edição da *Obra Completa* de Joaquim de Carvalho organizada por J. Vitorino de Pina Martins (Lisboa, FCG) o primeiro texto está incluído no vol. I (1978, p.337-354) e o outro no vol.II (1982, p.221-305).

ex parte praecepti Episcopi Saracenorum, qui dicebatur esse magnus literatus, ipsis opinantibus, Raymundum deducere ad Fidem Mahometi⁸.

Em dois excertos, pelo menos, dos primeiros capítulos da obra portuguesa, cuja manifesta origem luliana não conseguimos identificar, há argumentações afins ao *Liber de gentili et tribus sapientibus*⁹. Mas neste como noutros escritos Lulo quase só deixa à imaginação a composição do lugar e alguns poucos pormenores¹⁰.

Um certo número de intervenientes aparece e se manifesta. Mas neste e em outros escritos, mais se fixa a introdução do cenário, prossequindo a discussão filosófico-teológica sem grandes floreações de fantasia.

Lembre-se que Lulo é igualmente autor de umas como que novelas filosófico-sociais, como o *Libre de Evast e Blanquerna*, geralmente designado só por *Blanquerna*, e compôs numerosas rimas em vernáculo.

Nas discussões doutriniais, todavia, parece empenhar-se mais na argumentação do que na descrição das circunstâncias que lhe são exteriores.

Não assim no *Livro da Corte Enperial*, em cujo palco os actores reagem, manifestam júbilo, cantam louvores e expressam alterações fisiológicas de arguto registo pelo relator¹¹.

Carolina Michaëlis poderia ter-se dado conta do sabor luliano do *Livro da Corte Enperial* ao encontrar no prólogo que o autor se propõe tratar as questões “provando todo per autoridades da santa scriptura com declarações e exposiçooes de doutores e per razooes evidentes e

⁸ R. Lulo, *Opera*, IV (Mogúncia, 1729).

⁹ Vd. J. M. da Cruz Pontes, *Estudo...*, p.151-156.

¹⁰ A tais pormenores alude a *Vida coetânea*, provavelmente redigida cerca de 1311 talvez pelo «socius sorbonicus» Thomas Myésier sobre relato do próprio Raimundo. Edição dos textos latino e catalão preparada por M. Batllori e M. Caldentey, *Obras literárias de Ramon Llull*, Madrid, BAC, 1948, p.45-77; ed. crítica de H. Harada, *Raimundi Lulli, Opera Latina*, VIII (*Corpus Christianorum – Continuatio Mediaevalis*), Turnhout, 1980, p.272-309. Versão portuguesa por M. Santiago de Carvalho, Coimbra, Ariadne, 2004.

¹¹ Vd. Id., *Estudo...*, o capítulo «Originalidade literária do Livro da “Corte Enperial”», p.185-193; Mário Martins, *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, Livr. Cruz, 1956, p.417-421 (Cap.XXXI, «A música religiosa na “Corte Imperial”»).

neçesarias" (Fol.1 ra 27-30). Lulo escreve no começo do prólogo *Libre de demostracions*, composto em Maiorca entre 1273-1275, "per tal que ls infeels sien enduyts a la sancta fe catòlica e que al enteniment sia conegut l' onrament e la vera luu per la qual Deus l' à inluminat com pusca entendre los articles per rahons necessaries"¹².

O mesmo se verifica no preâmbulo da *Disputatio Raymundi Christiani et Hamar Saraceni*, de onde advêm para o português os capítulos de remate e a conclusão, a fim de provar que "per estas razões que ditas ey mostra-se que a ley dos christãos he verdadeira e a ley dos mouros he falsa" (Fol. 122 va 6)¹³.

O Maiorquino quer apoiar-se nos mestres precedentes: «Quia omnes magistri in Theologia asserunt seu testantur, quod quaecumque obiectio proposita contra fidem catholicam sacrossanctam potest solvi per necessarias rationes, scilicet intelligendo ipsarum rationum consequentias, manifeste sequitur ergo, quod sancta fides catholica possit iuxta eorum testimonia per rationes necessarias approbari; et hoc per modum intelligendi, non tantummodo per modum credendi»¹⁴.

¹² *Libre de demostracions. Liber de mirandarum demonstrationum*. Texto catalão, ed. de Salvador Galmés in *Obres de Ramon Lull XV*, Palma de Mallorca, 1932. O texto latino encontra-se na edição de Salzinger, *Beati Raymundi Lulli Doctoris Illuminati et Martyris Operum*, IV, Mogúncia, 1729.

¹³ A. Llinarès, «Le séjour de Raymond Lull à Bougie (1307) et la "Disputatio Raymundi Christiani et Hamar Sarraceni"», *Estudios Lulianos*, IV (P. de Mallorca, 1961) p.63-72.

¹⁴ *De Ostensione, per quam fides catholica est probabilis atque demonstrabilis*. Raimundi Lulli *Opera Latina* II, edenda curavit F. Stegmüller: 240-250. *Opera Messanensia*. 251-280 *Opera Tuniciana* edidit J. Stöhr, Palmae Maioricarum, 1960, p.165; Vd. A.-M. Jacquin, O. P., «Les "rationes necessariae" de Saint Anselme», *Mélanges Mandonnet*, II, Paris, Vrin (Bibliothèque Thomiste, XIV), 1930, p.56-78 ; R. Aubert, «Le caractère raisonnable de l' acte de foi d' après les théologiens de la fin du XIII siècle», *Revue d' Histoire Ecclésiastique*, 39 (Louvain, 1943), p.22-29 ; B. Xiberta, «La Doctrina del Doctor Iluminado Beato Ramón Lull sobre la demostración de los dogmas jugada a la luz de la Historia y de la Sagrada Teologia», *Studia monographica et recensioni*, 1 (Palma de Mallorca, 1947) p.5-32 ; B. Salvà, «Qualiter fidei articuli sint ratione demonstrabiles ex b. Raimundi Lulli sententia», *Studia monographica et recensioni*, 12-13 (P. de Mallorca, 1955); S. Garcias Palou, «Las "rationes necessariae" del Beato Ramón Lull, en los documentos, presentados por él mismo a la Sede Romana», *Estudios Lulianos*, VI

O redactor português não se apresenta como autor doutrinal do texto, declarando no prólogo, a terminar longa oração por «que a nossa uoontade enflamada por booo desejo possa achar aquello que demanda» (Fol.1 rb 11-13); «começo este liuro nom como autor e achador das cousas em elle contheudas mas como simprez aiuntador dellas em huũ vellume» (Fol.2 rb 25).

Deparar no *L.C.E.* com digressão como esta – «e sabede que espeçia he espelho que se faz em no homem com o qual asy como com estormento entende sy mesmo e as outras cousas representando-as em elle ou a propriedade do seu entendimento e ao poderio delle em na qual espeçia lhe reduzem asy como em espelho e em esta vida per espeçia que quer espelho entende o homem Deus e o ve com este meyo mais em na outra vida non ha este espelho» (Fol.54 ra 17) – não pode deixar de evocar a sentença Paulina: «Videmus nunc per speculum in aenigmate: tunc autem facie ad faciem» (I *Cor.*, XIII, 12).

Quando lemos: «Em na deuijndade pesoa he dita hũa existencia nom comunicaujl da natura diuinal que esta em na natura de Deus» (Fol. 29 va 1) lembramos a definição de Boécio¹⁵; e o mesmo, mais adiante, quanto a outra definição (Fol. 50 rb 2): «E em na eternidade nom pode auer primeiro nem deradeiro que som cousas e partes do tempo ca a eternidade que he duraçom perdurauill sem começo e sem fim he toda asũada e nom he hũa parte primeiro e a outra despois»¹⁶.

(P. de Mallorca, 1962), p.311-325; J. Stöhr, «Las “rationes necessarias” de Ramon Llull a la luz de sus ultimas obras», *Estudios Lulianos*, XX (P.de Mallorca, 1976), p.5-52.

¹⁵ «Persona est naturae rationalis individua substantia», *De duabus naturis et una persona Christi*, 3. Migne, P.L. 64, 1345. A mesma definição se encontra em vários dos outros chamados Opúsculos teológicos. Cf. *Opusculi theologici*. Testo con introduzione e traduzione di Emanuele Rapisardi, Università de Catania (seconda edizione riveduta) 1960, p.52, 56, 57. Não seria porventura improfícua pesquisa averiguar afinidades entre os capítulos do *L.C.E.* sobre Deus e a criação, a Trindade e a Incarnação e a doutrina de Boécio.

¹⁶ «Aeternitas igitur est interminabilis vitae tota simul et perfecta possessio quod ex collatione temporalium clarius liquet», *De consolatione philosophiae*, V, Prosa 6. Migne, P.L. 63, 858. Edidit Ludovicus Bieler (Corpus Christianorum, Series Latina, XCIV) Turnhout, p.101.

Uma observação não deve porém omitir-se. No segundo caso, em que se seguia o *Liber de quinque sapientibus*, o latim luliano é interrompido para interposição do inciso de sabor boeciano, com breves palavras de comentário, antes de prosseguir a utilização de Raimundo¹⁷.

O passo anterior, sobre a noção de pessoa, encontra-se em um inciso intercalado entre dois trechos buscados em Isidoro de Sevilha, mas cuja origem não surgiu por enquanto em nossas investigações¹⁸.

O nome de Aristóteles: («Deus não se pode conronper nem mudar asy como diz Aristotiles» (Fol.30 vb 24) aparece de forma tão indeterminada que não permite averiguar se tem alguma correspondência ou pertence a contexto ainda não identificado.

Um pouco atrás, duas vezes, ocorre alusão a Santo Agostinho: «E esto conuem com a opiniom de santo Agostinho ca dizem os judeus que Samuel ouue temor que o chamauam pera o juizo de Deus.» (Fol.23 vb 4); e, adiante: «E se alguñ quiser dizer segundo a outra opiniom a qual traze santo Agostinho conuem a saber que nom foy uerdadeiramente Samuel aquele que apareço...» (Fol.24 ra 1). Todavia, a citação é proveniente do texto de Nicolau de Lyra, que se está a traduzir¹⁹.

Não assim em esta outra: E esta primeira causa chamarom per este nome Deus. E esto meesmo diz ho uoso doutor Agostinho em no liuro que chamam da çidade de Deus» (Fol.31 ra 7). Mas é tão vaga que não possibilita localização – se é que também o autor português não está traduzindo texto alheio²⁰.

Quem redige o texto português não identifica, porém, os autores de que se socorre para a construção dos diálogos daquela corte e de forma expressa só indica uma das fontes que incorpora.

¹⁷ Cf. *Estudo...*, p.258.

¹⁸ *Ibid.*, 231-234.

¹⁹ Vd. *Estudo...*, p.214-215.

²⁰ Os nove primeiros livros *De Civitate Dei* têm por objectivo demonstrar a falsidade dos deuses pagãos e incapacidade para assegurar a felicidade do império e da vida do além. Releve-se por exemplo a expressão: «illum Deum colimus, qui naturis a se creatis et subsistendi et movendi initia finisque constituit» (VII, 30). Ou estourtas: «Hoc ergo ut esset, creatus est homo, ante quem nullus fuit» (XII, 20); «Hominem vero, cuius naturam quoadammodo mediam inter Angelos bestiasque condebat, ut si Creatori suo tanquam vero Domino subditus praeceptum eius pia obedientia custodiret...» (XII, 21).

É verdade que desde o início se apresenta dizendo: «começo este liuro nom como autor e achador das cousas em elle contheudas mais como sinprez ajuntador dellas em huũ uellume» (Fol.2 rb 25).

Dos cerca de dois terços da obra somente é identificada a utilização do poema de pseudo-Ovídio *De Vetula*, em cujo terceiro canto se apropria da astrologia do *Introductorium Maius in Astronomiam* e do *De Magnis Coniunctionibus* do árabe Abu Ma'shar, entre os latinos nomeado como Albumasar²¹.

Se a chamada renascença carolíngia tinha sido a idade de Virgílio, E. K. Rand designou a dos séculos XII-XIII como a «aetas Ovidiana». Num catálogo de autores compilado em 1424 já o dominicano holandês Arnold Gheylhoven tomava posição contrária às opiniões que aceitavam a autenticidade ovidiana do *De Vetula*, e escrevia sobre este: «quem librum scripsit magister Ricardus de Fournivalle cancellarius Ambianensis et imposuit Ovidio». Foi escrito entre 1222 e 1266/68 e o humanismo de Petrarca pela primeira vez com sentido crítico autorizado rejeitou nas *Epistolae Seniles* (II, 4 – 1360/1374) a autenticidade da atribuição do *De Vetula* a Ovídio²².

²¹ Vd. Richard Lemay, *Abu Ma'shar and Latin Aristotelianism in the Twelfth Century – The Recovery of Aristotle's Natural Philosophy through Arabic Astrology*, American University of Beirut (Publication of the Faculty of Arts and Sciences. Oriental Series, N.º 38), 1962. Sobre o *Introductorium Maius in Astronomiam* e omissões ou leituras erradas das versões latinas de João de Sevilha (1133) e de Hermann de Caríntia (1140) algo relacionados com o tema em questão, vd. Richard Lemay, «Fautes et contresens dans les traductions arabo-latines médiévales: l' *Introductorium in Astronomiam* d' Abou Ma'shar de Balkh», *Revue de Synthèse*, 3ª série, Série Générale, T. LXXXIX, n.ºs 49-52 (Janvier-Décembre 1968), XII^e Congrès International d' Histoire des Sciences – Colloques. Textes des Rapports, Paris (A. Michel), p.101-123.

²² Vd. P. Klopsch, *Pseudo-Ovidius de Vetula. Untersuchungen und Texte*, Leiden-Köln, E. J. Brill, 1967. Saiu depois nova edição do *De Vetula*, D. M. Robathan, *The Pseudo-Ovidian De Vetula, Texte, Introduction and Notes*, Amsterdam, A. M. Hakkert, 1968. A autora publicara previamente «Introduction to the Pseudo-Ovidian "De Vetula"», *TPAPhA* 1957 197-207. O problema deixou de ser questionado quando Hippolyte Cocheris publicou *La Vieille* ou *Les dernières Amours d'Ovide*, Poème français du XIV^e siècle – Traduit du Latin de Richard Fournival par Jean Lefèvre, Paris (chez Auguste Aubry), 1861.

Interpretando as conjunções astrais como profetizadas antes de Cristo e como significando o nascimento de várias religiões, o *De Vetula* anuncia o aparecimento da religião cristã mostrando-a a um filósofo gentio como a mais perfeita de todas²³.

²³ Vd. *Estudo...*, p.430-443; J. M. da Cruz Pontes, «Ciência e Filosofia: da Astrologia árabe à apologética medieval cristã», *Leopoldianum*, 11 32 1984 51-57; Id., «Astrologie et apologétique au Moyen Age», *Didaskalia* 15 1985 3-10 e «L'Homme et son Univers au Moyen Age». Actes du Septième Congrès International de Philosophie Médiévale edités par Ch. Wenin, II (Philosophes Médiévaux, XXVII, Louvain-la-Neuve, 1986), p.631-673; Id., «Astrologia», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, I, A-C. (Direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000) p.154-158.

Teófilo Braga escrevia na *Historia da Litteratura Portuguesa – Introdução*, Porto (Imprensa Portuguesa – Editora), 1870, p.231: «Esta obra pertenceu á livraria de el-rei Dom João I e quasi que a podemos attribuir á penna d' este illustre monarcha; é uma obra no gosto mystico das novellas de cavalaria celeste. Da livraria de Dom Duarte passou para os frades de Santa Cruz de Coimbra, d' onde veiu para a Bibliotheca do Porto, depois da extinção dos conventos. Para que se faça uma ideia deste precioso monumento da nossa litteratura, aqui apresentamos pela primeira vez o índice e parte do prologo».

Em *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa, I, 1289 a 1555*, Lisboa (Academia Real das Sciencias), 1892, p.220, diz: «O manuscrito que actualmente existe na Bibliotheca do Porto, n.º 803 em pergaminho in 4º de 134 folhas e que pertencera à Livraria de Santa Cruz de Coimbra termina: Este livro se chama *Corte enperial* em que he disputada a ffe christã com os Judeos e mouros segundo claramente se mostra nos capitulos em esta tavoada escritos». [...] É um livro mystico com forma novellesca, uma como degeneração da cavalleria celeste». Enquanto que na *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, Porto (Livraria Chardron), 1896, afirma: «No celebre manuscripto da Corte Imperial, capitulo IX, cita-se um poema erudito o *Ovídio da Velha*, escripto no seculo XVI em latim com o titulo *De Vetula*, por Richard de Fournival e traduzido para verso francez pelo mesmo tempo por João Lefèvre» [...] No canto III do poema é que se encontra a referencia da *Corte Imperial* relativa á influencia dos planetas no apparecimento das religiões. Como viria para este paiz o poema de Richard Fournival?».

O *Livro da Corte Enperial* não consta do *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto* (Coordenação de Aires Augusto Nascimento e José Francisco Meirinhos), Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997. Duas contraditórias referências

O redactor português pouco após referir ao filósofo gentio o pseudo-Ovídio: «todas estas cousas sobre dictas que dise o poeta Ouuidio Naso som scriptas em aquele seu liuro que chamam Ouuidio da Uelha o qual uos diuidades a saber...» (Fol.112 ra 22), para o *Alcorão* remete o muçulmano: «Ca Mafomede em no liuro Alcarom em que he escripta a uosa ley e os preçeptos que uos el deu o qual liuro he prinçipal e autentico antre uos diz Mafomede...» (Fol.112 vb 2). Todavia, quando por vezes aos árabes propõe: «Ainda mais quero prouar (...) que a ley de Mafomede he falsa e a ley dos christãos he uerdadeira» (Fol.114 va 16) ou, em redacção inversa, «que a ley dos christãos he uerdadeira e a ley dos mouros he falsa» (Fol.115 va 22), o que repete em parágrafos seguintes, está simplesmente a traduzir quanto encontra elaborado na lulliana *Disputatio Raymundi Christiani et Hamar Saraceni*²⁴.

Quando o jesuíta Abílio Martins em 1938 exemplificou um paralelismo textual com a obra portuguesa e em 1942 deu pequenas amostras de que o autor aproveita três tratados de Raimundo Lulo, abriu caminho a novas e fecundas investigações.

Registado já que na parte respeitante à controvérsia com os judeus o autor português quase inteiramente incorporou dois opúsculos de Nicolau de Lyra intercalando alguns extractos da sua glosa sobre a Epístola aos Hebreus e ao Salmo 109²⁵, não deixe de observar-se que a referência atrás feita ao *Alcorão* (Fol.112 vb 2), a encontramos em um passo do *Pugio Fidei* de Ramon Marti, quase seguida da citação de *Bucari*: «Outrosy diz em esta gujza no liuro que he chamado Bucary» (Fol. 112 vb 33)²⁶.

posteriores de Teófilo Braga, dizendo o *De Vetula* ora escrito, ora traduzido por Fournival, nos conduziram ao incunábulo parisiense que então nos serviu. Cf. *Estudo...*, p.170.

²⁴ Não parece estar perante o texto alcorânico. E não nos podemos interrogar quanto ao *Bucari* e outros textos muçulmanos? Cf. *Estudo...*, p.449, 452-461, 463-464, 467-470, 473-475.

²⁵ Cf. *Estudo...*, p.119-147, 197-231, 280-303, 337-392 e 425-430.

²⁶ Vd. *Estudo...*, p.444. Utilizámos o texto da *Refutatio Alcorani* do *Alcorani Textus Uniuersus*, II (de L. Marracio, Patavii, MDCXCVIII), recorrendo a um especialista arabista com a baldada intenção de averiguar se os textos alcorânicos proviriam do original árabe ou de versão latina. O Colega Adel Sidarus corrige adulterações do texto na redacção dos títulos *alboz* e *burat*, apresentando valioso quadro de citações alcorânicas do *L.C.E.* que poderão provir também de Marti, «Le *Livro da Corte Enperial* entre l'apologétique lullienne et l'expansion catalane

O capítulo onde o redactor português trata do tema «De como a Rainha diz que posto que Adam nom pecara que Jhesu Christo tomara carne em a Uirgem» (Fol.73 ra 24) segue a um pequeno parágrafo luliano que encontramos no *Liber Apostrophe*²⁷: «Outrosy se Deus per alghũa criatura (...) ergo segue-se seer a encarnaçom» (Fol.72 rb 18), que vinha seguindo até quase ao fim do intitulado «De como a rainha prova a encarnaçom de Christo Jhesu» (Fol.72 vb 18).

É um tema especificamente luliano apesar de a sua originalidade haver sido atribuída a Duns Scoto. Está porém averiguado que já desde 1294 no *Liber de quinque sapientibus* e nos anos seguintes no *De arbore scientiae* (1295), *De articulis fidei* (1296), *De Contemplatione Raimundi* (1297), *Medicina de peccat* (1299) e *Dictat Raimundi* (1300) defendia discutir «An Christus fuisset incarnatus, si Adam non peccasset»²⁸.

Embora no *Sermo de Beato Simone et Iuda Apostolis* afirme: «Ideo male dicunt aliqui, qui dicunt, quod si peccatum originale non fuisset, Deus non fuisset principaliter incarnatus. Quoniam si propter hoc fuisset principaliter incarnatus, tunc fuisset incarnatus propter finem minorem, et non propter maiorem; propter minorem bonitatem, et non propter maiorem; et sic suo modo de aliis potest dici; quod est impossibile et contra veritatem»²⁹.

Não parece que o redactor português se tivesse confrontado com a restrição dos *Sermones*, onde Lulo já afirma: «Et ideo dico, quod peccatum originale fuit occasio istius incarnationis beatissimae, sed non causa; sed humanitas Christi hominis fuit causa; quae quidem fuit supra omnia entia creata exaltata»³⁰.

au siècle», *Diálogo Filosófico-religioso entre cristianismo, judaísmo e islamismo durante la Edad Media en la Península Ibérica* (Actes du Colloque International de San Lorenzo de El Escorial, 23-26 juin 1991, édités par Horacio Santiago-Otero), Turnhout, Brepols, 1994, p.131-172; cf. p.144-146.

²⁷ Vd. *Estudo...*, p.323.

²⁸ Vd. Raimundi Lulli, *Opera Latina*, III, 118: *Liber de Praedicatione*, Dist. I – Dist. IIA, edidit A. S. Flores (Palmae Maioricarum, 1961), p.133; cf. L. Eijo y Garay, «La finalidad de la Encarnación según el beato Ramón Lulio», *Revista Española de Teología*, 2, Madrid, 1942, p.201-227.

²⁹ R. Lulli, *Opera Latina*, IV, *Liber de Praedicatione*, 118, Distinctio II B, ed. A. S. Flores (Palmae Maioricarum, 1963), p.317.

³⁰ *Ibidem*. Vd. *Estudo...*, pp. 153-154, exemplo de paralelismo com Lulo.

A fisionomia de Cristo

A atenção do erudito investigador jesuíta Abílio Martins exemplificou pela primeira vez em 1940 ter o *Livro da Corte Enperial* dependência do texto em relação a Nicolau de Lyra e, em 1942, o mesmo quanto a Raimundo Lulo³¹.

Em 1938 perguntara-se: «Ora uma das características essenciais deste género literário consiste essencialmente em que é um mixto de dois elementos fundamentais heterogéneos: o elemento pessoal do escritor e o elemento alheio preexistente, que ele utilizou e inseriu na sua obra.

«Como discriminar a heterogeneidade destes dois factores? Mais em concreto, como estabelecer na *Corte Imperial* o que é devido exclusivamente ao pensamento e à pena do seu autor, e aquilo que pertence a outrem e ele se limitou a transmitir, depois de o ter enquadrado na síntese literária que nos legou?

«Os meios e os métodos, que nos permitem esta dissociação dos diversos elementos, são múltiplos e de mais diversa orientação.

«Contentemo-nos com chamar à atenção para um desses critérios: a estrutura da frase e o ritmo da linguagem». [...]

E adiante: «Mas, o que já não será sem utilidade, é aplicação deste princípio às passagens da *Corte Imperial* que, a julgar unicamente pelo conteúdo, tanto poderiam ser integralmente do nosso autor medieval como de qualquer das fontes literárias que ele possa ter utilizado. Uma boa metade das páginas do livro, ao menos está nestas condições. Expri-mamos esta ideia numa fórmula de ordem prática. Estilo, em que predominam o equilíbrio, o ritmo, a melodia denota de regra geral, dependência única do escritor. Estilo a que faltam aquelas características, apresenta maiores probabilidades de ter sofrido influxos alheios, quanto à ideia ou quanto à expressão externa. Não devemos dar, evidentemente, a estes princípios um valor absoluto. Durezas de frase podem provir, simplesmente, da complexidade do pensamento, ou das deficiências duma língua ainda não formada; do mesmo modo que é possível,

³¹ «Literatura Judaica e a “Corte Imperial”», *Brotéria* 31 1940 15-24; «A filosofia de Raimundo Lulo na literatura portuguesa medieval», *Ibid.*, 34.5 1942 473-482.

também, explicar o ritmo e a melodia por influxos dum autor em que já preexistam essa melodia e esse ritmo»³².

Concordando com a metodologia proposta por Abílio Martins, nosso interesse não interrompido desde há decénios pelas fontes do *Livro a Corte Enperial* foi compensado com o encontro da origem do parágrafo que faz a descrição da figura imaginada de Jesus.

A tentativa de representar ou descrever a fisionomia de Cristo tem uma história que vem de longe.

Do ponto de vista iconográfico emerge a figuração do controverso Santo Sudário de Turim, considerado como sendo o lençol que envolveu o corpo de Jesus no sepulcro. Alguns estudiosos identificaram-no com a imagem sobre um tecido descoberta em 525 em Edessa. Quanto ao retrato de Turim, referenciado pela primeira vez em Lyrei, perto de Troyes, em relatório de 1389 pelo bispo Pierre d' Arcis ao papa Clemente VII, guardado na catedral em urna de prata que um incêndio em 1532 derreteu, danificando-o, a mortalha foi restaurada pelas Clarissas de Chambery. De novo ameaçada em Abril de 1997 e salva por bombeiros, viu-se objecto de cuidados de reparação em 2002 pela especialista suíça Mechtild Flury-Lemberg, discutindo-se se devem ou não manter-se desdobrados os 4,37 metros de comprimento do lençol por 1,11 de largura. Em Março de 2002 realizou-se em Turim um simpósio mundial em que voltou a questionar-se a validade das conclusões das análises do linho com C-14. Pertença da Casa de Saboia desde 1452, o Sudário de Turim, onde está desde 1578, foi oferecido por Humberto de Saboia a João Paulo II.

As descrições literárias da fisionomia de Jesus repartem-se entre o que Isaías profetiza do Servo de Javé, "sem figura nem beleza, sem aspecto atraente, desprezado e evitado pelos homens como homem das dores, experimentado nos sofrimentos, diante do qual se tapa o rosto, menosprezado e desestimado" (Is. LIII, 2-3) – e o versículo do Salmista: "o mais belo dos filhos do Homem e em teus lábios se derramou a graça" (Salmo XLV, 3).

Na Patrística grega do século II S. Justino Mártir di-lo "sem beleza" (*Diálogo com Trifon*, 88: *ajeidou=°*; cf. 85: sem glória e sem honra; 100: sem formosura, sem honra e sofredor); na latina, Tertuliano apresenta-o

³² «Originalidade e ritmo na "Corte Imperial"», *Brotéria* 36.4 1938 368-376. Em nota (p.370) justifica, remetendo para as páginas do *Livro da Corte Enperial* da edição de Sampaio Bruno (Porto, 1910). Vd. *Estudo...*, p.153.

como “nec humanae honestatis corpus fuit” (*De carne Christi*, 9). Por outro lado vemos de entre os gregos, por exemplo, Santo Ireneu de Lyon, ouvinte de S. Policarpo e através de este relacionado com os cristãos de Éfeso, um pouco antes de Justino, a confessar que “a imagem carnal de Jesus nos é desconhecida” e Santo Agostinho que “como seria o seu rosto inteiramente o ignoramos”.

O retrato poético da figura de Cristo é descrito no século XIV pelo dominicano que depois se fez cartuxo, Ludolfo da Saxónia. Entra para o noviciado de Estrasburgo em 1340, onde professou e ficou até 1343, ano em que foi eleito prior da Cartuxa de Coblença, demitindo-se cinco anos mais tarde, a fim de se consagrar melhor à vida interior a que aspirava, transferindo-se para Mogúncia de onde regressou a Estrasburgo e aí faleceu em 10 de Abril de 1377.

Alguns parágrafos do *Livro da Corte Enperial* poderia supor-se provirem também da imaginação literária do compilador português. É o caso da figuração da pessoa de Cristo. A nossa investigação levou-nos a descobrir a utilização de fonte latina. Trata-se do aproveitamento de um retrato fantasiado da imagem física de Jesus, provavelmente de origem grega mas redigido em latim e divulgado pela Europa em fins do século XIII ou princípios do seguinte, inserido em um apócrifo posto a circular como sendo Carta de Lântulo, ou Públio Lântulo, dito “governador de Jerusalém”, endereçada “ao Senado e ao povo romano”, concluindo que Cristo era, como predizia o salmo XLV, 3, “speciosus inter filios hominum”.

Esta *Epistula Lentuli*, quanto à forma actual, foi retocada por um humanista do século XV ou XVI.

Livro da Corte Enperial

Epistula Lentuli

<p>E em aquella rreal cadeyra que era mais alta ssya seentado hũu barom muy aposto e muy fremoso, a estadura do seu corpo era meãa e bem composta de seus nembros. O seu uulto era uenerabil e onesto e de tal aspeito que aquelles que o oolhassem bem o poderiam amar e temer. Os seus cabellos da cabeça eram de collar de auelhãa bem madura e eram chãaos ata as orelhas e ahy a</p>	<p>...homo quidem statura procerus mediocris et spectabilis, vultum habens venerabilem, quem possent intuentes diligere et formidare, capillos habens coloris nucis avellanae praematurae, planos fere usque ad aures, ab auribus (vero) circinnos crispas, aliquantulum ceruliores et fulgentiores, ab humeris ventilantes, discrimen habens in medio capitis, juxta morem Nazaraenorum,</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

fundo eram encrespados e ja quanto amarellas e mais splandecentes e cheguavvam ataa os onbros. Este glorioso barom avvia espartidura em a cabeça asy como auiam em custume os nazareus que antre os judeus eram os mais santus. A fronte daquelle barom era plana e muy clara e as suas faças sem magoa e sem rrugadora com collar uermelha temperada que lhe daua grande fremosura. A sua boca e o seu nariz eram taaes que non avia que repretender a sua barba era auondosa de cabellos todos iguaaes e bem concordados nom era lingua mas era partida em duas partes em no queixo. O seu oolhar era simprez e maduro de grande curdura os olhos guazeos e muy fremosos. As suas mãaos e os seus braços eram muy delleitosos pera ueer. Tal era sua apostura que uerdadeiramente he dito delle que he mais fremoso que todollos homões. (Fol. 2vb14)

frontem planam et serenissimam, cum facie sine ruga et macula (aliqua), quam rubor (moderatus) venustat; nasi et oris nulla prorsus (est) reprehensio; barbam habens copiosam capillis concolorem, non longam sed in mento (medio) parum bifurcatam; aspectum habens simplicem et maturum, oculis glaucis variis et claris existentibus; in increpatione terribilis, in admonitione blandiens et amabilis, hilaris servata gravitate; aliquando flevit et nunquam risit; in statura corporis propagatus et erectus, manus habens et brachia visu delectabilia, in colloquio gravis, rarus et modestus, ut merito secundum prophetam diceretur: «Speciosus inter filios hominum»³³.

A *Vita Christi* impressa em Colónia em 1472, quando já desde 1470 circulavam excertos de versão alemã em manuscritos, e, pouco após várias impressões francesas ainda no século XV, seguindo-se a catalã de Juan Roys de Corella (Valência, 1495), a castelhana de Frei Ambrósio de Montesino (Alcalá de Henares, 1502-1503), e, adiante, a italiana, impressa por Francisco Sansovino (Veneza, 1570), foi a obra que primeiro incluiu a apócrifa *Epistula Lentuli* (mais de centena e meia de manuscritos em numerosas bibliotecas europeias).

³³ Vd. Ernest von Dolbschütz, «Christusbilder» in *Texte und Untersuchungen*, N.F., III, vol.18 (Leipzig, 1899), *Beilagen*, p.308^{xx}-330^{xx}; Vigouroux, *Dictionnaire de la Bible*, IV, Paris, 1904, cols. 168-172, s.v. 'Lentulus Publius'. Servimo-nos da transcrição dada por Giuseppe Ricciotti, *Vita di Gesù Cristo* (trad. portuguesa da 14ª edição italiana por H. Barrilaro Ruas, Coimbra, Casa do Castelo, 1963, p.183).

Além da inserção no prólogo da *Vita Christi*, de Ludolfo, a *Epistula Lentuli* foi acolhida na introdução às obras de Santo Anselmo de Cantuária (Nuremberga, 1491).

Para comparar com a redacção do *Livro da Corte Enperial* parece valer a pena transcrever da edição da *Vita Christi* este longo parágrafo, na tradução, quanto à primeira parte, de Frei Nicolau Vieira. A versão do latim da celebrada obra do Cartusiano realizada a pedido da Infanta D. Isabel, duquesa de Coimbra, senhora de Montemor, casada com o irmão do rei D. Duarte, o regente D. Pedro, e tio do rei D. Afonso V, dava-se por terminada em 1445. Esta tradução foi impressa em Lisboa entre 14 de Maio e 20 de Novembro de 1495 por Nicolau de Saxónia e Valentim de Morávia, o *Livro intitulado de Vida de Cristo*, a mando de D. João II e «per ordenança e mandado da muy esclarecida de sangue e virtudes e antre as princesas da cristandade ilustrissima senhora Rainha Dona Lianor, sua mui virtuosa molher»³⁴.

³⁴ O P. Augusto Magne nas Anotações críticas ao primeiro volume da sua edição da *Vita Christi* (p.389-400) indica duas outras versões portuguesas da *Epistula Lentuli* anteriores à da *Legenda Aurea* ou *Flos Sanctorum* de Jacobo de Voragine (m. 1298) cuja impressão por Herman de Campis e Roberto Rebelo estava concluída em 15 de Março de 1515: «na última folha da *Paixão do Senhor* que copiosamente ilustrada» (...) traduzido do original espanhol abre igualmente a dois ou três *Flos Sanctorum* publicados naquela língua tivemos à nossa disposição...» (*Ibid.*, p.398-400); e na *Vida e Legenda dos Santos Martires* de João Pedro Bonhomini, do mesmo ano, que na opinião de A. Magne poderia constituir a continuação dos *Autos dos Apóstolos*, impressos em 1505. Vd. Mário Martins, «A tradução da “General Estoria” e da “Formula Vitae Honestae” em Português», «A versão portuguesa da “Vita Christi” e os seus problemas», «Vidas e Paixões dos Apóstolos» e «Os Autos dos Apóstolos e o Livro de S. Tiago» in *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, Livr. Cruz, 1956, p.93-104, 105-110, 111-117 e 118-129. Id., «O original em castelhano do *Flos Sanctorum* de 1513» e «O Livro e Legenda dos Santos Martires e o *Flos Sanctorum*» in *Estudos de Cultura Medieval*, Lisboa, Verbo, 1969, p.255-267 e 269-280.

Em 1916 Artur Viegas publicou um fragmento de códice português com versão inédita do século XV da *Legenda Aurea* de Voragine. Na Biblioteca Pública de Évora encontrou o P. Avelino de Jesus da Costa oito páginas de uma tradução portuguesa de meados do século XV da *Vita Christi* do Cartusiano. Em 1949 deu notícia da descoberta, na Biblioteca Nacional de Lisboa, de um fragmento de versão portuguesa do séc. XIV-XV das *Vidas e Paixões dos Apóstolos*. Vd. A. de

Augusto Magne deu-se conta de que do incunábulo de 1495 da *Vita Christi* tinham sido os primeiros seis cadernos traduzidos por Frei Nicolau Vieira já entre 1428 e 1438, quando Frei Bernardo, em obediência ao abade D. Estevão de Aguiar, prosseguiu esta versão para ser impressa em 1495, conforme o cólofon do códice alcobacense: «Frei Bernardo, monge do dito mosteiro, dê os sete cadernos ataaqui e foi acabado 15 dias de Junho do ano de 1445 anos. Laus tibi Christe, quoniam liber explicit iste»³⁵.

Para entrega à imprensa a linguagem foi actualizada segundo os imprimidores afirmam na Prohemial epistola: «A qual obra tam virtuosa e como perteença assi castigada pello venerael padre e deuoto religioso frey Andree obseruante da religiam de sam Francisco de vossa e sua alteza orador deuotissimo: emendada e bem corregida em ho modo de sentenciar. E posto que dos antigos vocablos na presente obra alguns se achem que aos modernos destes nossos tempos, os quaes de gentijs e doces termos se prezam, e os enueterados como grossos emgeitam, gosto de suauidade nom offerecer nem ha queirom de si como cousa fastidiosa e insipida vomitar a penuria dos nouos vocabulos a esso dando causa muy grande donde ho dicto padre he mais digno de venia que de reprehensom»³⁶.

«Lee-se nos livros ânuaaes que ham os Romaãos que Jesu Christo que he chamado dos gentios propheta da verdade, foy de statura do corpo grande nom descompassada mas meaão e vistosa a honrosa e reuerente. E a cara teue digna de honra a qual poderiam amar e temer os que o vissem. Os

Jesus Costa, «Fragmentos Preciosos de Códices Medievais», recolhido em *Estudos de Cronologia, Diplomacia, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto (Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais), 1992, p.55-108.

³⁵ Vd. A. Magne, introdução a *Ludolfo Cartusiano, O Livro de Vita Christi em lingoagem português*. Edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495 cotejado com os apógrafos por Augusto Magne, S.J., *Colecção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica*, I, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 1957, p. XI-XIV.

³⁶ Pois que A. Magne fez, segundo declara, leves alterações à prosa do incunábulo, além de lhe corrigir alguns lapsos ou erros tipográficos confrontando com o códice alcobacense em que se baseou a edição de 1495, fizemos a transcrição com uma leitura nossa, por parecer mais próxima, porventura contemporânea até do *Livro da Corte Enperial*.

seus cabellos eram d'auellaã madura e cheguauam aas orelhas yguaaes e chaãos e dally afundo quanto quer crispos e louros e cobriam e auanauam sobre os ombros. E no meo da cabeça tiinha hũa spartadura segundo costume dos Nazareos. A testa chã e muy clara e a façe sem emverrugadura nem magoa: a qual afremosentaua a vermelhidom temperada. Do nariz e da boca non auia tacha nem reprehendimento alguũ. A barba era grossa ou farta de cabellos nom longa mas na fim forcada. E seu esguardamento era simprez e sesudo os olhos de collores e claros, em seu reprehender muy spantoso, em amoestar blando e amauioso, alegre com peso. Algũas vezes chorou mas nunca rijo. E a feitura do corpo bem fundado e dereito. As maãos e braços muy pareçentes, em a falla pessado e de autoridade bem arazoado de poucas pallauras e certas. E porem com razom diz o psalmista, fremoso he em sua feitura sobre todos os filhos dos homẽs»³⁷.

Um só apógrafo

Do *Livro da Corte Enperial* só um apógrafo chegou até nós. Um apógrafo, realizado eventualmente para Afonso Vasques, guarda-se actualmente na Biblioteca Municipal do Porto.

O exemplar que o copista do apógrafo portuense tinha perante si havia anteriormente encontrado leitor, que colocou à margem ou ao fundo das páginas algumas notas, e até uma afirmação de fé: «Ita credo firmiter». Este copista introduziu-as no correr do texto, embora distinguindo-as em azarcão, que serve também geralmente para iluminar as maiúsculas iniciais de parágrafo ou de capítulo ou títulos de secções, depois de utilizado no «pertence» e no índice inicial.

Ou o modelo de que o copista se serviu era já defeituoso, ou ele cometeu lapsos, omitindo algumas palavras ou responsabilizando-se por alguns erros.

Há notícia de outras cópias. A mais antiga será a que a dá como fazendo parte dos «livros de lingoagem do claro Rey D. Duarte», cujo rol

³⁷ Leitura do Prólogo de Ludolfo segundo a edição de 1495, que A. Magne (Fol. 6-9; p.21, n.º 53) compõe com o códice alcobacense que serviu à composição tipográfica, cujo Fol. 4v reproduz anastaticamente (Fol. 4v; op. cit., p.402). Anote-se que D. Duarte mandou fazer trasladado do livro da *Vita Christi*, que é o capítulo LXXXVII do *Leal Conselheiro*.

aparece na livraria da Cartuxa de Évora, publicado em 1739 por D. António Caetano de Sousa³⁸.

Poderá ou não ter sido o mesmo códice aquele que pertenceu à Infanta Dona Beatriz, filha do Infante D. João, casada com D. Fernando, duque de Beja, que foi mãe de D. Manuel, do duque de Viseu e da Rainha Dona Leonor, mulher de D. João II. Por mando de Antam d' Oliveira em 21 de Dezembro de 1507, o porteiro de Dona Beatriz, Luís d' Ataúguia de Ruy Paaes, em cumprimento das disposições testamentárias, entregou-o ao vigário e frades do mosteiro de Santo António de Beja³⁹.

Pela primeira vez, o Prof. José Marques deu informação sobre uma *livraria de mão*, pertença do doutor Martim Lourenço, doada na segunda metade do século XV ao mosteiro beneditino de Vilar de Frades em Barcelos, que o arcebispo bracarense D. Fernando da Guerra (desde 1417 a 1467) extinguiu por não ter religiosos, fazendo-o primeira casa dos chamados Lóios, Cónegos Seculares de S. João Evangelista. Nesta existia «huum Corte Imperial em linguagem»⁴⁰.

Só algumas datas-limite podem ser apontadas para a época da elaboração do *L. C. E.* Sabendo-se que um exemplar existia na biblioteca de

³⁸ «Memoria dos livros de uso del Rey D. Duarte, a qual está no dito livro antigo da Livraria da Cartuxa de Évora, donde a fez copiar o Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes», in D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, I, Lisboa, 1739, p.544-546. Cf. Inocêncio Francisco da Silva, «Memoria acerca da biblioteca de el-rei D. Duarte», na revista *Panorama* 11 1854, terceiro da terceira série, p.315. Joseph Piel deu também a lista de «os livros que tinha el-rei D. Duarte», segundo o ms. 3390 da Biblioteca Nacional de Lisboa, fol. 163, na edição crítica do *Leal Conselheiro*, Lisboa, Bertrand, 1942, p.414. Mais recentemente encontra-se em *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, transcrição e edição diplomática de J. J. Alves Dias, Lisboa, Ed. Estampa, 1982, p.206-209.

³⁹ O inventário, segundo o manuscrito do Arquivo da Torre do Tombo (antiga Casa da Coroa, maço N.º 155, N.º 2), foi publicado por A. Braamcamp Freire, *Arquivo Histórico Português*, IX, Lisboa, 1914, p. 64-110; referência à *Corte Enperial* na p.95.

⁴⁰ A descrição consta do documento do Arquivo Distrital de Braga, Vilar de Frades, vol. 12 (antigo), fol. 73, publicado por José Marques, *Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, INCM, 1988, p.879-880, reproduzido em «Livrarias de mão no Portugal Medieval», *Pensamiento Medieval Hispano. Homenaje a Horacio Santiago-Otero* (coord. J. M. Soto Rábanos), I, Madrid, CSIC, 1998, p.801-814; cf. p.812.

D. Duarte, é anterior a 1438, data do seu falecimento. E que seja de redacção anterior a esse ano manifesta-o o facto de no *Leal Conselheiro* (Cap. LXV e LXVI) se encontrar definição de pecados e de virtudes em forma muito próxima do latim luliano da *Disputatio Raymundi Christiani et Hamar Saraceni* e do Português da *Corte Enperial*⁴¹.

Pelas características da linguagem são unânimes os especialistas em situar a elaboração do *L. C. E.* entre fins do séc. XIV e inícios do séc. XV⁴².

António José Saraiva, a partir da grafia de palavras como «neçesitat» ou do muito frequente plural «gentijs», insinua que o *Livro da Corte Enperial* não seja obra redigida originariamente em português, mas antes utilização de fontes catalãs de Raimundo⁴³. Poderia contrapor-se que também ali se lê, para dar um só exemplo, «semildoenes» (Fol. 32 ra 19), próximo do latim «similitudines».

Sabe-se, por outro lado, que Lulo redigiu em árabe, catalão e latim. O *Libre del gentil e dels três savis* e o *Liber de Contemplació en Dèu*, compostos em árabe, foram pelo próprio autor vertidos em catalão. Conforme atrás ficou dito, perdido o texto árabe do *Liber Disputationis Raymundi Christiani et Hamar Saraceni* redigido em Bugia, em 1307, ele mesmo em Pisa o reelaborou no latim em 1308. No «explicit» da *Ars consilii* lê-se: «Istum librum fecit Raimundus primo in arábico, et postmodum in romantium translatavit, et de romantio fecit in latino poni»⁴⁴. E ainda se não teve em conta o reparo de Miguel Cruz Hernandez: «Las versiones latinas, pese a las inevitables correcciones de copistas, editores, etc., presentan frecuentes catalanismos, como *exaloch, greech, lebeich, maistre, palmos, transmontana*»⁴⁵.

Preocupado com garantir o conhecimento e a perpetuidade da sua obra, em testamento de 1313 deixou aos executantes testamentários ordens e verbas para tal necessárias: «Volo et mando quod fiant inde et

⁴¹ Vd. J. M. da Cruz Pontes, «Raimundo Lulo e o Lulismo medieval português», *Biblos*, 52 1986 p.51-76; cf. p.70.

⁴² Cf. José Leite de Vasconcelos, *Textos Arcaicos*, 5ª ed., Lisboa (Clássica Editora), 1970, p.59.

⁴³ António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, I, Lisboa, 1950, p.693.

⁴⁴ Raimundi Lullii, *Opera Latina*, II, cit. supra na nota 14, p.269.

⁴⁵ M. C. Hernandez, *El pensamiento de Ramon Llull*, Fundación Juan March / Editorial Castalia, 1977, p.417. Cf. T. e J. Carreras y Artau, *Op. cit.*, I, p.274.

scribantur libri in pergamento in romantio et latino ex libris quos divina favente gratia noviter compilavi»⁴⁶.

O *Livro da Corte Enperial* não encontra em qualquer outra língua paralelo do qual possa supor-se haver sido traduzido, nem se vê semelhança na arquitetura literária com que se encadeiam as longas falas teológicas, filosóficas ou exegéticas. E não será arrojado sugerir gratuitamente que o nosso autor quis iludir o leitor alterando um original catalão para afirmar as suas falas como «declaradas de latim em linguagem portuguesa» (Fol.1 ra 31)?

Poderá apresentar-se-lhe um inspirador, que desde o primeiro trabalho lembrámos⁴⁷. Em 1263 o converso cristão dominicano Pau Crestià ou Pablo Christiani disputou publicamente na sinagoga de Barcelona, na presença do bispo, de confrades seus e talvez do próprio rei de Aragão Jaime I, com um dos mais famosos judeus, o gerundense Rabi Moisés Ben Nachman, Nachmianides ou Nahmanide, conhecido também como Bonastruc de Porta⁴⁸. A controvérsia não terá tido bom remate⁴⁹.

Suscitou, porém, no cisterciense alcobacense Frei João, conhecedor da língua hebraica, que escrevia com caracteres latinos, uma espécie de desagravo em contra-resposta à polémica do rabino de Gerona, redigindo

⁴⁶ Texto latino e tradução castelhana em Francisco de Bofarull y Sans, «El testamento de Ramón Lull y la Escuela luliana en Barcelona», *Memorias de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, V (1910), p.435-476; cf. p.454, apud Tomás e Joaquín Carreras y Artau, *Historia de la Filosofía Española de los siglos XIII al XV*, I, Madrid, 1939, p.273, n.5. O vol. I contém pormenores do testamento, p.254, n. 56; o vol. II relata como se cumpriu o testamento (Cap.XIX, «El lulismo medieval», p.59 e ss.).

⁴⁷ Vd. *Estudo...*, p.70-75 e 187.

⁴⁸ T. y J. Carreras y Artau, *Historia de la Filosofía Española. Filosofía Cristiana de los siglos XIII al XV*, I, Madrid, 1919, p.47; J. M. da Cruz Pontes, *Estudo...*, p. 51-52.

⁴⁹ Jaime Villanueva publicou a história do debate relatada pelo próprio em «Acta disputationis R. Moysis Gerundensis cum Fr. Paulo Christiano Ord. Praedicatorum», *Viaje literário a las iglesias de España*; XII (Madrid); Moïse Nahmanid, *La dispute de Barcelone* (trad. de E. Smilévitch, Lagrasse, 1984); cf. *Estudo...*, p.51. Vd. J. Millás, «Sobre las fuentes documentadas de la controversia de Barcelona en el año 1263», *Anales Univ. Barcelona* (1940) p.25-44; C. Roth, «The disputation of Barcelona (1263)», *The Harvard Theol. Review* 43 1950 117-144.

em latim um *Speculum hebraeorum* ou *Speculum disputationis contra hebraeos*, de que existem dois códices, um datado de 1333 e outro de 1375, onde explica a ligação com aquela disputa⁵⁰.

Concluindo

Porque haveria o *Livro da Corte Enperial* de ter chegado até nós somente através do defeituoso apógrafo portuense?

Já lembrámos que poderia ter acontecido a esta obra algo de semelhante ao que se passou com a versão portuguesa da *Vita Christi*, de que existe notícia de exemplares haverem seguido com os marinheiros de Quatrocentos, com finalidades missionárias, salvando-se apenas dois espécimes conhecidos da edição de 1495⁵¹. Remetíamos, então, para os testemunhos a propósito abonados pelo rei bibliófilo D. Manuel II⁵².

Acrescentaremos um novo elemento informativo.

Ao feitor de Cochim Pedro Quaresma chegava em 1518 com destino aos missionários franciscanos «hum vita Christi em latim e outro em linguagem em quatro volumes»⁵³.

Menos de cinquenta anos após, em 1565, se imprimia em Goa a tradução portuguesa do judeu converso Jerónimo de Santa Fé, médico do aragonês anti-papa Pedro de Luna, com o nome de Bento XIII, o *Tratado que fez mestre Hierónimo, medico do papa Benedito XIII contra os judeus em que se prova o Messias da ley ser vindo*⁵⁴.

⁵⁰ Vd. Mário Martins, «Frei João, Monge de Alcobaça e Controversista», *Brotéria* 42.4 1946 412-421, incluído em *Estudos de Literatura Medieval*, cit., p.317-326.

⁵¹ Vd. J. M. da Cruz Pontes, «Raimundo Lulo e o lulismo medieval português», *Biblos* 52 1986 75.

⁵² El-Rei D. Manuel II, *Livros antigos portugueses (1489-1600) da Biblioteca de Sua Magestade Fidelíssima descritos por S. M. El-Rei D. Manuel II em três volumes – I*, Cambridge, 1929, p.58 e 243 ss.

⁵³ A. da Silva Rego, *Documentação para a História do Padroado Português do Oriente*, I, Lisboa, 1947.

⁵⁴ Vd. Mário Martins, «A polémica religiosa nalguns códices de Alcobaça», *Brotéria*, 42.3 1946 241-250 (cf. p.249), incluído em *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, Livr. Cruz, 1956, p.307-316 (cf. p.315); T. y J. Carreras y Artau, *Op. cit.*, I, pp. 49-50; J. M. da Cruz Pontes, *Estudo...*, pp. 59-60.

Que o coordenador do *Livro da Corte Enperial* se apresente como "simpres aiuntador" dos textos doutrinários que utiliza e não haja nomeado os seus autores, nem ele próprio se tenha identificado, não surpreenderá. A Idade Média não havia construído ainda a mitologia da celebridade literária. O que importava era fazer movimentar os pensamentos e actuar as argumentações da verdade considerada comum. Para tal os autores se ocultavam até sob nomes de escritores célebres, que dessem autoridade às suas obras, fizessem creditar aquilo que tinham como verdade, fazendo-as correr como apócrifos, atribuídas a autoridades clássicas. A verdade é de todos. Para Santo Agostinho, esta atitude, já com antecedentes, poderia ser sintetizada na fórmula: "Omnis veritas a quocumque dicatur a Spiritu Sancto est"⁵⁵.

O *Livro da Corte Enperial* é testemunha da cultura portuguesa de entre os séculos XIV-XV. Foi veículo das doutrinas de Raimundo Lulo como no *Leal Conselheiro*, no *Boosco Deleitoso*, em Gil Vicente⁵⁶, e acrescente-se porventura Frei João Claro, cuja obra Mário Martins analisou em códices alcobacenses⁵⁷.

Não tendo originalidade doutrinária, é contudo espécime literário de significado apreciável.

E, principalmente, aparece como um dos expoentes linguísticos da época, de onde lhe advém singular interesse morfológico-fonético. Existindo um único apógrafo, o *Livro da Corte Enperial* não pode prescindir do confronto com os textos que comprovadamente lhe serviram de fonte. As páginas de manifesta inspiração luliana serão resumos ou adaptações, ou antes extractos de textos de Raimundo, ainda inéditos, ou aguardando a continuação de edições críticas como as que vêm sendo publicadas desde há anos?

De aí a pergunta: uma edição crítica do *Livro da Corte Enperial* quanto tempo precisará ainda que esperar?

⁵⁵ Vd. *De Doctrina christiana*, I, 2; II, 40. Cf. Franco Simone, «La 'Reductio artium ad Sacram Scripturam' quale espressione dell'umanesimo medievale fino al secolo XII», *Convivium*, VI, (Torino, 1949), p.887-927; cf. p.893.

⁵⁶ Vd. J. M. da Cruz Pontes, «Raimundo Lulo e o lulismo medieval português», cit. p.59 e 67-71.

⁵⁷ Mário Martins, *Vida e Obra de Frei João Claro*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1956, p.79-87.

